

DÉFICIT PÚBLICO E O NOVO “PACOTE”

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 07.06.1983

O déficit público transformou-se no bode expiatório de todos os nossos males. Por que a inflação já está próxima de 120%? Por que nossas contas com o exterior estão desequilibradas e nossos credores nos impõem uma moratória? A resposta geralmente ouvida a essas perguntas é simples e imediata: “a culpa é do déficit público?”. A solução? “Liquidá-lo”. A eliminação de subsídios de todos os tipos e o corte ainda maior das despesas das empresas estatais são as medidas que o Governo Federal ameaça tomar com esse objetivo, através de um novo “pacote” que só aprofundará a crise presente.

O curioso é que esta posição é assumida não apenas pelo FMI e pelos economistas ortodoxos, mas também por empresários e economistas que não se cansam de criticar a atual política econômica recessiva, que busca limitar sob todas as formas o déficit público e a oferta de moeda. Ao fazer isto pensam estar combatendo a estatização ou apenas pondo ordem nas finanças públicas. Na verdade estão se identificando com um tipo de política econômica ortodoxa que contraria profundamente os interesses do Brasil.

Não há dúvida que no passado, durante os anos 70, o déficit público, principalmente o endividamento das empresas estatais, foi uma causa fundamental da dívida pública interna e externa. Ao invés de financiarmos os investimentos públicos necessários com impostos, financiamos investimentos necessários e desnecessários (Ferrovia do Aço, Paulipetro, programa nuclear, via Leste, ponte Rio - Niterói, superdimensionamento dos investimentos em energia elétrica, etc.) com base em empréstimos.

Há tempo, entretanto, que novos investimentos desta natureza não estão sendo mais iniciados. Alguns deles estão apenas sendo terminados, caso contrario o prejuízo será muito maior. Isto significa que o déficit público decorrente de investimentos decresceu fortemente.

Como, então, explicar que o déficit público continua a aumentar, havendo passado de cerca de 8% do PIB em 1981 para 12% (16% segundo os critérios do FMI) em 1982?

Há três explicações para isto. Em primeiro lugar, porque 1982 foi um ano de eleições. Enquanto as receitas das empresas públicas eram relativamente congeladas, os governos estaduais do PDS aumentaram violentamente suas despesas de custeio com contratação de funcionários. Em segundo lugar, porque o Governo Federal não se sentiu politicamente forte para elevar as receitas do Estado de forma compatível com as despesas que são incomprimíveis. E em terceiro lugar, porque a imensa dívida pública acumulada gera um serviço, em termos de juros e amortizações, que é contabilizado no déficit de caixa, mas nada tem a ver com as despesas correntes.

Este último fator, agravado pelas altas taxas de juros, é fundamental, e geralmente é esquecido. Hoje o déficit público é muito mais consequência do que causa da dívida pública. Os cortes brutais de despesas que estão sendo impostos ao país, em nome da redução do déficit público, provocam desemprego e estagnação, sem, de fato, resolverem nossos problemas. E isto se deve, entre outros motivos, porque nosso grande problema hoje é a dívida pública, interna e externa, muito mais que o déficit público. É a dívida pública somada à dívida das pequenas e médias empresas endividadas e esmagadas pelas altas taxas de juros.

Por isso, o fundamental hoje, em termos de política econômica, é buscar mecanismos de cancelamento e adiantamento do pagamento da dívida interna e externa. Baixa da taxa de juros, redutor na correção monetária ou desindexação acompanhada de tabelamento dos juros de captação e aplicação, são exemplos desse tipo de política. Isto não significa que não seja também necessário reduzir o déficit público, mas essa redução não pode ser feita às custas do desemprego, da falência das pequenas e médias empresas, e da desindustrialização do Brasil.(07/06)